prisional, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Março de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

14 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Emília da Nazaré G Botelho Vaz*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Nascimento Afonso*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SEIA

Aviso de contumácia n.º 5987/2005 — AP. — A Dr.ª Augusta Maria Pinto F. Palma, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Seia, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 43/98.2IDGRD, pendente neste Tribunal, contra os arguidos Almir Oliveira Júnior, nascido em 24 de Fevereiro de 1955, com identificação fiscal n.º 214550648, titular do bilhete de identidade n.º 18001387, com domicílio na Rua da Liberdade, 26, 3.º esquerdo, 6270 Seia, e Maria José Andrade de Castro Filha Oliveira, nascida em 21 de Novembro de 1970, titular do bilhete de identidade n.º 18001386, com ultimo domicílio na Avenida de 1.º de Maio, Edifício Rodolfo, sem número de polícia A, 5.º direito, Seia, por se encontrarem acusados da prática de um crime de abuso de confiança fiscal sob a forma continuada, previsto e punido pelos artigos 6.º, 7.º e 24.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 20/A/90, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de Novembro, 30.º, n.º 2 e 79.º do Código Penal, de que pordouto despacho de 14 de Fevereiro de 2005, foram os mesmos declarados contumazes, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação dos arguidos em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até às suas apresentações ou detenções, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos arguidos após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Augusta Maria Pinto F. Palma*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA SERTÁ

Aviso de contumácia n.º 5988/2005 — AP. — A Dr.ª Patrícia Neves, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca da Sertá, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1014/03.4TBSRT, pendente neste Tribunal, contra o arguido António Caballero Sanchez, natural de Espanha, soldador por pontos, titular da licença de condução n.º 43729835, com domicílio em Villaran, 2, 25230 Molerusa, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Janeiro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

27 de Janeiro de 2005. — A Juíza de Direito, *Patrícia Neves*. — O Oficial de Justiça, *Diamantino André*.

Aviso de contumácia n.º 5989/2005 — AP. — A Dr.ª Patrícia Neves, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca da Sertá, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 109/98.9TBSRT, pendente neste Tribunal, contra o arguido Paulo Martins Peixoto, filho de Joaquim António Peixoto e de Celestina Ferreira

Martins, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Janeiro de 1975, titular do bilhete de identidade n.º 11198047, com domicílio no lugar de Seixo, freguesia de Castelo, concelho de Sertá, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, do Código Penal, praticado em 27 de Outubro de 1997, por despacho de 7 de Janeiro de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado em juízo.

1 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Patrícia Neves*. — O Oficial de Justiça, *Viriato F. de Castro*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SESIMBRA

Aviso de contumácia n.º 5990/2005 — AP. — A Dr.ª Gabriela Sabino, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Sesimbra, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 217/02.3GBSSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Ion Erhan, filho de Vasile Erhan e de Raija Erhan, nascido em 25 de Julho de 1980, com domicílio na Rua de Afonso da Costa, lote 1248, 2975 Quinta do Conde, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado (de veículo motorizado), previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 1, alínea e), artigo 26.º, todos do Código Penal, praticado em 8 de Abril de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Março de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, nomeadamente, carta de condução, passaporte, bilhete de identidade, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade dos seus bens, inclusive de qualquer importância depositada em contas bancárias de que seja titular, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

29 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Gabriela Sabino*. — A Oficial de Justiça, *Ester Zita Nascimento*.

Aviso de contumácia n.º 5991/2005 — AP. — A Dr.ª Gabriela Sabino, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Sesimbra, faz saber que no processo sumário (artigo 381.º do Código do processo penal), n.º 58/03.0GCSSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Vítor Manuel Raminhos Miguel, filho de Marcelino Miguel e de Etelvina Raminhos Domingos, natural de Lisboa, Pena, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Janeiro de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9986878, com domicílio na Rua de João de Deus, vivenda Miguel, 4, Cabanas, 2950-000 Palmela, o qual foi em 28 de Maio de 2004, por despacho, condenação/internamento (para efeitos de compatibilidade), por sentença condenado na pena de quatro meses de prisão, substituída por igual número de dias de multa, isto é, em 120 dias de multa à taxa diária de 5 euros num total de 600 euros, outras condenações ou decisões, o arguido terá de cumprir a pena de prisão subsidiária, pelo tempo correspondente ao número de dias da pena de multa, reduzida a dois terços, atento o disposto no artigo 49.º do Código Penal, que no caso é de 80 dias, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de Janeiro, praticado em 1 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Março de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, nomeadamente, carta de condução, passaporte, bilhete de identidade, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade dos seus bens, inclusive de qualquer importância depositada em contas bancárias de que seja titular, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

29 de Março de 2005. — A Juíza de Direito, *Gabriela Sabino*. — A Oficial de Justiça, *Ester Zita Nascimento*.